



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Movimentos Sociais e Serviço Social

Sub-eixo: Movimentos Sociais e lutas de classes - contexto nacional e internacional

SOLIDARIEDADE DE CLASSE E AS AÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA PANDEMIA

PAULA BONFIM GUIMARÃES CABRAL ¹
GUSTAVO JAVIER REPETTI ²
ELAINE MARTINS MOREIRA ²
BIANCA BATISTA DE OLIVEIRA ²
ELAINE GOIANO ROCHA ²

Resumo

O artigo propõe uma reflexão em torno da questão da fome e da insegurança alimentar como expressões da questão social, na particularidade da sociedade brasileira. Aponta-se o significado ideo-político da perspectiva da soberania alimentar vinculada a uma concepção de solidariedade de classe, que tem como horizonte a eliminação de qualquer forma de exploração e opressão. Apresentam-se as experiências desenvolvidas pelo MPA, MST e MTST como iniciativas de combate à fome e pela construção da soberania alimentar no grave cenário da crise econômico-política e sanitária decorrente da pandemia da COVID-19.

Palavras chave: Fome – Segurança alimentar – Soberania alimentar – Movimentos sociais – Solidariedade de classe.

Resumen

El artículo propone una reflexión en torno de la cuestión del hambre y de la inseguridad alimentaria como expresiones de la cuestión social, en la particularidad de

¹Professor com formação em Serviço Social. Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro

²Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Do Rio De Janeiro

la sociedad brasileña. Se aborda el significado ideopolítico de la perspectiva de la soberanía alimentaria vinculada a una concepción de solidaridad de clase, que tiene como horizonte la eliminación de todas las formas de explotación y opresión. Se presentan las experiencias desarrolladas por el MPA, MST y MTST como iniciativas de combate del hambre y por la construcción de la soberanía alimentaria en el grave escenario de crisis económico-política y sanitaria desencadenado por la pandemia de COVID-19.

Palabras clave: Hambre – Seguridad alimentaria – Soberanía alimentaria – Movimientos sociales – Solidaridad de clase.

1. Introdução

O artigo apresenta um debate de transcendental relevância para a formação profissional, para o trabalho e a organização política de assistentes sociais, já que aborda a questão da fome e a insegurança alimentar como uma das expressões mais graves da questão social e aponta estratégias construídas pelos movimentos sociais mais expressivos para o seu enfrentamento.

A opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma sociedade sem exploração nem opressão supõe a construção de estratégias que fortaleçam a organização popular com autonomia das respostas do Estado e dos governos. Nesse sentido, a articulação com a luta geral dos trabalhadores/as, um dos princípios que orienta o código de Ética de assistentes sociais no Brasil expressa a direção social da profissão, no caminho dessa construção.

O artigo aponta uma reflexão teórica e ideo-política em torno da fome e da insegurança alimentar na particularidade brasileira. Discute-se conceitualmente a *segurança alimentar* e apresenta-se a perspectiva da soberania alimentar que, como concepção, remete ao direito de produzir alimentos respeitando a diversidade cultural e produtiva, segundo DESMARAIS, 2008 *apud* ESTEVE, 2017.

Apresenta-se uma análise que permite apreender as ações desenvolvidas pelos movimentos sociais a partir de uma perspectiva de solidariedade de classe e, para isso, discute-se e questiona-se o conceito de solidariedade que remete, no

debate profissional, à perspectiva cristã, individual, cara ao Serviço Social tradicional.

Apontam-se as principais estratégias construídas pelo Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST e pelo Movimento dos Trabalhadores sem Teto – MTST na luta pela soberania alimentar e o combate à fome no grave cenário da pandemia mundial da COVID-19.

2. Fome e insegurança alimentar no Brasil atual.

A fome é, segundo Josué de Castro “expressão biológica dos males sociológicos”. Esta frase resume de forma profunda o drama histórico de sociedades desiguais, como é o caso da brasileira, onde milhões de pessoas estão expostas regularmente à mais grave das expressões da questão social, ou seja, a fome. Entretanto, o mesmo autor aponta que a fome não se restringe aos países desiguais, mas, espantosamente, é um fenômeno mundial. “A fome é um fenômeno geograficamente universal, cuja ação nefasta nenhum continente escapa. Toda a terra dos homens foi, até hoje, a terra da fome”. (CASTRO, *apud* FERNANDES; GONÇALVES, 2007, p. 154). Portanto, se trata de um problema de toda a humanidade.

Essa afirmação de Josué de Castro (Idem) pode nos levar a concluir, erroneamente, que esse é um problema sem solução. No entanto, se num momento da história da humanidade passamos por momentos de escassez na produção de alimentos, com o advento do capitalismo foi possível revolucionar os meios de produção e, cada vez mais, produzir em larga escala. Ou seja, a fome e a miséria poderiam ser eliminadas³ se não fosse pelas contradições postas pela lei da acumulação capitalista. Conforme afirma Netto:

Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente dos seus membros que, além de não terem acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos até das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente. Se nas formas de sociedade precedentes à sociedade capitalista a pobreza estava ligada a um quadro geral de

³Em 2016 a FAO Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação mostrou que a produção mundial de alimentos era suficiente para suprir a demanda das 7,3 bilhões de pessoas que habitavam a Terra. Link para matéria: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2016/09/02/Mundo-produz-comida-suficiente-mas-fome-ainda-%C3%A9-uma-realidade>

escassez (quadro em larguíssima medida determinado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais), agora ela se mostrava conectada a um quadro geral tendente a reduzir com força a situação de escassez (NETTO, 2001, p. 42-43)

A gravidade dos impactos da fome se expressa nos indivíduos e na sociedade como um todo. Conforme sistematizou Josué de Castro, a fome deixa também consequências subjetivas, além das físicas:

As consequências físicas da fome são, de maneira geral, bem conhecidas: diminuição ou parada de crescimento, perda de peso, perda de forças, anemia etc. [...] Nenhuma calamidade pode desagregar a personalidade humana tão profundamente e num sentido tão nocivo quanto a fome, quando atinge os limites da verdadeira inanição. [...] No começo, a fome provoca uma excitação nervosa anormal, uma extrema irritabilidade e, principalmente, uma exaltação dos sentidos que se animam num elã de sensibilidade ao serviço quase exclusivo das atividades que permitem obter alimentos e, portanto, satisfazer o instinto mortificado da fome. (CASTRO, *apud* FERNANDES; GONÇALVES, 2007, p. 156/157).

O Brasil convive historicamente com este drama social, expressão máxima das nossas desigualdades. Somente nos anos 2000, com o início dos programas de transferência de renda – Bolsa Escola e Vale Gás, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC)- ela começou a receber atenção mais direta, quase 10 anos depois de aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social⁴. Em 2003 com a chegada de Luís Inácio da Silva à presidência da República a fome ganha destaque no discurso presidencial. As ações de transferência de renda foram ampliadas e consolidadas em um único programa, o Bolsa Família; também foram criados programas importantes para a agricultura familiar, mas, apesar de inicialmente previstas no Programa Fome Zero, ações mais estruturais de combate à fome - como por exemplo a reforma agrária - não avançaram o necessário para mudar o quadro de desigualdade social. Ainda assim, no ano de 2014 o Brasil saiu do Mapa da Fome da ONU, significando que menos de 5% estava em situação de subalimentação (FAO, 2014).

Em decorrência das mudanças políticas, econômicas e sociais gerada a partir de 2016, após o golpe que tirou Dilma Rousseff da presidência, o país aprofundou a crise econômica e voltou ao mapa da fome. Dentre as reformas que mais

⁴Em 06 de setembro de 2001, um ano antes de encerrar o segundo mandato, FHC por meio da medida provisória 2.206/01 criou o “Bolsa-Alimentação” destinado a gestantes, nutrízes e crianças de seis meses a seis anos e onze meses de idade. O Bolsa-Escola foi criado em abril do mesmo ano e se destinava a pessoas de 06 a 15 anos. Ambos os benefícios observavam critério de renda para elegibilidade, com valor de 15,00 por beneficiária/o, podendo chegar até 45,00 por família.

impactaram a vida da classe trabalhadora, e conseqüentemente, dificultaram o acesso a alimentos em quantidade e qualidade estão: a reforma trabalhista do governo Temer, o estabelecimento do Teto de Gastos para os investimentos em saúde e educação, o aumento do desemprego e a extinção ou não alocação de recursos em programas para a agricultura familiar, já no governo Bolsonaro, assim como o encarecimento dos combustíveis usados na produção e distribuição dos alimentos que se dão majoritariamente por meio de transporte rodoviário.

Importante esclarecer que no período de gestão federal dos governos petistas se avançou na criação de um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), viabilizado a partir da [lei nº 11.346, de 15 de setembro 2006](#). Segundo essa legislação

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (Brasil, 2006, pág 01).

As políticas públicas de combate à fome precisam ser construídas a partir do conhecimento da realidade das regiões e particularidades de cada país. Nesse sentido é que foi criada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Ela é uma referência para pesquisas na área e foi construída no ano de 2003, com base no indicador *Cornell* dos Estados Unidos. É composta de 14 perguntas, das quais destacamos algumas abaixo:

Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?
Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida? [...]
Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?
Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?
Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida? (MDS/SAGI - Estudo Técnico 01/2014. p. 08).

As respostas a essas questões recebem uma pontuação que indicará se existe uma condição de insegurança alimentar grave, moderada ou leve nos lares brasileiros. Cabe destacar que a presença de menores de 18 anos em situação de fome é um

agravante na EBIA, porque são maiores os prejuízos da fome ou má alimentação em pessoas que se encontram em condição de desenvolvimento físico e mental.

As pesquisas mais recentes indicam que 33 milhões de brasileiros vivem em situação de fome em 2022, a chamada insegurança alimentar grave. Estas informações foram disponibilizadas pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) e estão disponíveis no site www.olheparaafome.com.br em duas edições, em 2020 e 2021/22 com este dado alarmante. São 125, 2 milhões de pessoas que estão com algum grau de insegurança alimentar, ou seja, mais da metade do país. Este levantamento foi feito pela Rede PENSSAN de modo presencial com ponderação entre as regiões do país e incluiu outros dados além das perguntas da EBIA.

Josué de Castro ((CASTRO, *apud* FERNANDES; GONÇALVES, 2007,)), em seus estudos, já sinalizava para a gravidade da fome “parcial, silenciosa” que “corrói” milhões de pessoas no Brasil e no mundo; entendemos que aqui ele está se referindo ao que se convencionou chamar recentemente de insegurança alimentar. Outras informações igualmente importantes, trazidas pelo inquérito feito pela Rede PESSAN apontam que a fome no Brasil revela as desigualdades geográficas, raciais e de gênero, ou seja, a fome no Brasil é mais presente nas regiões Norte e Nordeste, atinge mais mulheres e pessoas negras.

Destacaremos, a seguir, o contraponto disso no campo das políticas públicas e na proposição dos movimentos camponeses, que têm ampliado a demanda não só por segurança alimentar no combate a fome, mas por soberania alimentar. Mesmo que brevemente, vejamos os marcadores que as diferenciam.

3. Segurança alimentar ou soberania alimentar?

A questão da fome no Brasil e no mundo, as pesquisas que revelam essa realidade através dos níveis de insegurança alimentar nos provocam a pensar sobre o significado político do debate em torno da segurança alimentar. Seria esse o objetivo a ser buscado?

A Via Campesina, organização internacional de articulação camponesa, que é integrada por movimentos sociais de todo o planeta, é quem primeiramente

defendeu e fundamentou a ideia de soberania alimentar como “o direito de cada nação de manter e desenvolver seus alimentos, tendo em conta a diversidade cultural e produtiva” (DESMARAIS, 2008 *apud* ESTEVE, 2017 p. 192). Criada no início dos anos 1990, a Via Campesina articula organizações de trabalhadores do “campo” de todo o planeta, pauta o direito à alimentação e propõe a busca da soberania alimentar para os distintos povos e territórios.

Os movimentos camponeses, organizados na Via Campesina, defendem algo mais profundo do que a segurança alimentar. E o que é? Trata-se da soberania alimentar. Destarte, tenhamos acordo com essa perspectiva de soberania, sabemos dos limites para sua realização no contexto da sociedade capitalista, todavia, já disse Karla Marx: “o novo nasce dos escombros do velho” e, portanto, nos parece muito acertado que os movimentos da Via Campesina tenham a soberania alimentar como horizonte histórico, inserido em um processo de construção e organização do poder popular. Isso significa também construção de estratégias produtivas de subsistência material e subjetiva dos povos, de forma autônoma a burocracia do Estado e de governos.

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) tem sistematizado suas principais propostas no campo da soberania alimentar em documento denominado Plano Camponês⁵. Nele apresenta alguns eixos fundamentais do seu programa com ênfase para: a) questão da terra e do território, onde se localiza a reforma agrária; b) agroecologia como uma nova base produtiva para o campesinato; c) ênfase na história desses povos, incluindo população tradicional e originária; d) feminismo popular e camponês para construção de novas relações sociais; e) a defesa da biodiversidade hídrica, mineral, energética, alimentar e territorial compreendendo, deste modo, a proposição de soberania⁵.

Retomando a Via Campesina, a organização assim indica:

La soberanía alimentaria se presenta como un proceso de construcción de movimientos sociales y una forma de empoderar a las personas para organizar sus sociedades de tal forma que trascienda la visión neoliberal de un mundo de productos básicos, mercados y actores económicos egoístas. [...] El alimento es una necesidad fundamental, y el acceso al mismo es esencial para la supervivencia humana y un derecho humano fundamental. [...] Los alimentos también tienen un trasfondo político -su producción, el acceso a ellos y su distribución de alimentos son esenciales para que nuestra sociedad funcione; el control del sistema alimentario

⁵Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/plano-campones/>

confiere poder (VIA CAMPESINA, 2018, p. 03)

Observamos na declaração da Via Campesina que a soberania alimentar vai muito além do que a disponibilização de alimentos à população em quantidade adequada. Por isso, o MST diferencia a soberania da segurança alimentar:

Segurança Alimentar é apenas o direito de ter alimentos para todos, enquanto a Soberania Alimentar é o direito de alimentar-se e decidir sobre que tipo de alimentação queremos consumir. [...] Se conquistarmos a Soberania Alimentar poderemos ainda nos livrar da irracionalidade dos transportes a longas distâncias de alimentos que encarecem os alimentos e contribuem com a perda dos valores nutricionais. (MST, 2010, p. 66)

A relação dos chamados circuitos curtos de produção é fundamental para a soberania alimentar, isso porque garante economicamente o campesinato, respeita a sazonalidade da natureza, preserva os hábitos locais de cada cultura/território, evita desperdícios, entre outros.

Como principal adversário da soberania alimentar está o agronegócio. Este setor que se atualiza e se moderniza desde o final dos anos sessenta com os governos da ditadura militar, introduz o maquinário no campo, em seguida os fertilizantes químicos, agrotóxicos e transgênicos, com incentivo governamental desde então.

Segundo a Sociedade Nacional da Agricultura: o agronegócio envolve todas as atividades da cadeia agroindustrial: antes da porteira (sementes, defensivos, máquinas e implementos), dentro da porteira (agropecuária básica ou primária), e depois da porteira (indústria e serviços), envolvendo o processamento, a distribuição e o consumo⁶.

Com seu poder econômico subjuga milhares de camponeses ao seu “modelo”, expulsa outros e adoce a todos com sua produção de mercadorias, que não é “comida de verdade”, a base de insumos químicos, sementes transgênicas e largo uso de agrotóxicos. Todos já comprovados por pesquisa científica, prejudiciais à saúde humana e ao ecossistema. Além disso, para maximização de lucros recorre a prática da monocultura que concentra em uma única plantação ou na carne, no caso da pecuária, isso leva a números exorbitantes para exportação – atualmente

⁶Disponível em: <https://www.sna.agr.br/agronegocio/>

concentrada na produção de soja e carnes⁷ – e, por outro lado, carência e produção de alimentos básicos para a alimentação da população brasileira como é o caso do feijão e do arroz.

Já a agricultura familiar, um segmento “espremido” pelo agronegócio, é responsável pela produção da maioria dos alimentos consumidos no Brasil. Segundo o Censo Agropecuário divulgado em 2018 pelo IBGE, a agricultura familiar representa 69% da população ocupada no campo; produz 81% das hortaliças, 64,2% do leite, 78,7% do açaí, 69,6% da mandioca, entre outros. Composta por uma população direta de 10,1 milhões de pessoas. Isso não significa que esta produção, da agricultura familiar, seja toda ela livre de transgênicos e agrotóxicos, até porque não está livre das relações dominantes de produção e reprodução capitalistas.

Após refletirmos sobre a realidade da fome e sobre o debate da produção e consumo de alimentos no Brasil, discutiremos, no próximo item, o significado e tipos de solidariedade nos processos de enfrentamento das expressões da “questão social” no país.

4. Ações de combate a fome no Brasil: entre o assistencialismo e a solidariedade de classe.

Historicamente, o enfrentamento às expressões da “questão social” no Brasil, entre elas a fome e a pobreza extrema, tem se pautado numa solidariedade individual/privada, impulsionadas, fundamentalmente, por uma moral cristã⁸. Diferente da solidariedade de classe - que discutiremos a seguir - as práticas de solidariedades transclassistas (ou seja, a solidariedade entre patrões e empregados, entre pobres e ricos e etc.) não têm questionado a natureza das desigualdades, seu caráter de classe, sua determinação racial, de gênero e étnica, e as necessárias

⁷O Complexo da soja significa 46,82% das exportações do agronegócio brasileiro no ano de 2022, seguido das carnes com 15,62%. Disponível em: <https://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/index.htm>.

⁸Essa afirmação não ignora as formas de solidariedade com recortes raciais, étnicos e de gênero entre as populações exploradas e dominadas no Brasil durante o processo de formação do país. As experiências de aquilombamento das populações escravizadas no Brasil nos dão fortes indícios da importância da solidariedade entre pares nos processos de lutas e organização social no país.

mudanças estruturais para a superação das mesmas⁹.

Nesse sentido, é fundamental pensarmos o significado da solidariedade cristã no interior da sociedade de classes, já que esta baseia-se *na crença* de uma *solidariedade real* entre classes desiguais.

Não é por acaso, portanto, que esta solidariedade serviu, ao longo do desenvolvimento capitalista como elemento importante para justificar as relações desiguais da sociedade burguesa. Princípio fundamental da caridade, a solidariedade cristã se constituiu, especialmente durante o período capitalista concorrencial, na base das ações aos “necessitados”, isto porque, as expressões da “questão social”¹⁰ até então, eram tratadas de forma repressiva pelo Estado ou deixadas à mercê das iniciativas religiosas. A assistência aos pobres era exclusivamente localizada no âmbito individual/privado e fundamentada essencialmente numa ética do dever cívico e/ou cristão. É possível identificar, já no século XVIII, a solidariedade de classe através de sociedades recreativas e associações de ajuda mútua (organizadas por ofício) entre os trabalhadores da Inglaterra. No Brasil, esse tipo de organização pode ser observado no início do século XX e com, segundo Costa (2020) um elemento agregador, a solidariedade racial, como veremos a seguir.

Com o advento do capitalismo monopolista e as mudanças na dinâmica social burguesa, tencionadas pela luta de classe, coloca-se a necessidade de enfrentar as manifestações da “questão social” de outra forma, não mais somente de forma repressiva pelo Estado ou enfrentadas residualmente por iniciativas individuais/privadas baseadas num dever cristão ou cívico (individualmente), mas através da construção de uma moralidade racional que visasse o atendimento de demandas coletivas.

Dentre as mudanças mais significativas da era dos monopólios encontra-se a intervenção direta do Estado na economia, não mais apenas como garantidor da

⁹Não estamos aqui fazendo uma análise moralista das motivações e práticas de pessoas que desenvolvem trabalhos assistenciais, vinculados às mais diversas religiões. O nosso objetivo é refletir sobre o real impacto dessas ações e o potencial transformador dessas nas raízes das desigualdades brasileiras.

propriedade privada, mas agora com a finalidade de “[...] propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista” (NETTO, 1996, p.22). Outro aspecto relevante refere-se às políticas sociais públicas do Estado burguês. Enquanto no capitalismo concorrencial a intervenção do Estado sobre as sequelas da “questão social” se dava de forma essencialmente repressora, no capitalismo monopolista – em função do acirramento das contradições – o Estado opta por ceder a algumas demandas da classe trabalhadora e, desta forma, passa a administrar as manifestações da “questão social” através de políticas sociais.

Nesta fase específica do desenvolvimento capitalista as intervenções privadas, baseadas na solidariedade cristã e no dever cívico, permanecem, mas não com o mesmo sentido e impacto social. “[...] o que ocorre é a crescente e efetiva *subordinação* das políticas sociais privadas às públicas (o que não se passa sem conflitos e colisões)” (NETTO, 1996, p.26, grifos do autor).

Esta mudança, além de significar uma importante conquista da classe trabalhadora, traz consigo um novo significado à seguridade social, em especial à assistência social. Esta última passa a se constituir num direito e um dever do Estado. Desta forma é que esta nova concepção de assistência social tensiona a “ética” capitalista que sugere que todas as necessidades individuais sejam resolvidas no âmbito privado (BONFIM, 2010).

Neste momento, a solidariedade individual, baseada em valores cristãos é questionada por uma solidariedade de classe que se expressa na universalidade de direitos. Tal solidariedade deve ser posta em prática de forma sistemática e compulsória tendo o Estado como mediador, ou seja,

“[...] a sociedade se solidariza com o indivíduo quando o mercado o coloca em dificuldades. Mais precisamente, o risco a que qualquer cidadão, em princípio está sujeito – de não conseguir prover seu próprio sustento e cair na miséria – deixa de ser problema meramente individual, dele cidadão, e passa a constituir uma responsabilidade social, pública. [...]” (Vianna, 2000, p.11).

Os Welfares States, na sua maioria, têm como princípio fundamental este tipo de solidariedade.

No Brasil, desde a primeira República, é possível identificar a solidariedade de classe na base organizativa de vários movimentos sociais, Domingues (2007) destaca a organização da população negra na Primeira República, dando origem à vários clubes, associações

culturais e de ajuda mútua, etc.

“De cunho eminentemente assistencialista, recreativo e/ou cultural, as associações negras conseguiam agregar um número não desprezível de “homens de cor”, como se dizia na época. Algumas delas tiveram como base de formação “determinadas classes de trabalhadores negros, tais como portuários, ferroviários e ensacadores, construindo uma espécie de entidade sindical” (Idem, p. 103).

Nessa mesma direção Costa (2020) traz elementos centrais para o entendimento das origens da política social no Brasil, com determinações de classe, raça e etnia. Essa autora revela que entre os trabalhadores beneficiados pela lei Eloy Chaves, ferroviários, marítimos e portuários, a maioria eram homens negros, que já acumulavam experiências de organização, solidariedade e proteção resultante da diáspora negra.

“Os próprios trabalhadores se organizavam em torno de sociedades e associações de auxílio mútuo, fundos, corporações, associações de profissionais, irmandades etc. (MATTOS, 2008). Algumas dessas formas foram recriadas pela população negra em diáspora como espaços de solidariedade, proteção e sociabilidade. A experiência dos portuários no Rio de Janeiro revela alguns destes aspectos” (COSTA, 2020, p. 73).

É possível afirmar, portanto, que a solidariedade de classe, com atravessamentos de raça, etnia e gênero, estiveram presentes em diversas organizações e movimentos que contribuíram para o fortalecimento das lutas sociais e para o tensionamento dos conflitos de classe.

Se refletirmos, por exemplo, sobre o sistema de Bem-estar social brasileiro temos, dentre os princípios que norteiam a Constituição de 1988, o princípio da solidariedade. Para Gusmão (2000, p.95, grifos do autor),

“[...] na área da Seguridade Social, que valor fundamentaria a ideia de universalidade de cobertura; de uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; de equidade na forma de participação no custeio; de democracia e descentralização político-administrativa, senão a *solidariedade*?”

Essas breves considerações sinalizam para as diferenças significativas entre a solidariedade de classe, racial, étnica e de gênero e outras formas de “solidariedade” que contribuem para a manutenção das desigualdades estruturais presentes no Brasil. Além de manterem intactas as estruturas das desigualdades, podem reproduzir uma cultura da subserviência, de tutela, do favor e de superioridade moral das classes dominantes.

Esse debate nos ajuda a refletir a atualidade do Brasil quando o país enfrenta uma

enorme crise sanitária, econômica, política e social. A volta do Brasil ao mapa da fome e a situação de insegurança alimentar pela qual passa milhões de brasileiros/as gerou, durante a pandemia de Covid, uma grande mobilização da sociedade no enfrentamento desse quadro; muitas foram as campanhas de arrecadações de alimentos organizadas, por empresas, comunidades religiosas, ONGs, organizações de favelas e movimentos sociais. Tais ações, embora com a finalidade imediata e legítima de atender às necessidades das pessoas em situação de fome, têm fundamentos e impactos distintos nos processos mais amplos de mudança dessa realidade.

Nesse sentido é que faremos, a seguir, uma análise de três movimentos sociais que tiveram ações de combate à fome no Brasil desde o início da pandemia, mobilizados pela solidariedade de classe e com finalidades para além das necessidades emergenciais; são eles o Movimento Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). No item a seguir propomos destacar a natureza de cada movimento social, destacando elementos de sua história, objetivos, organização e atuação durante a pandemia.

5. A atuação do MPA, MST e MTST: combate a fome e luta por soberania alimentar

Em meio ao aumento drástico da fome, uma das consequências trazidas pela pandemia provocada pela doença covid-19, muitos movimentos sociais tiveram iniciativas de solidariedade para dar apoio aos trabalhadores que estavam sendo brutalmente afetados por todos os graus de insegurança alimentar, principalmente a fome. Iremos nos debruçar a seguir sobre três movimentos: O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

Em um cenário de muita miséria e fome, já existentes no Brasil, mas agravados pela pandemia, alguns movimentos sociais, de forma independente, tomaram medidas para intervir na situação. O MST, desde o início da pandemia, realizou um trabalho importante de distribuição de alimentos como forma de minimizar a fome em áreas rurais, urbanas e em aldeias indígenas. Até janeiro de 2022, o movimento já

distribuiu mais de 6 mil toneladas de alimentos e mais de um milhão de marmitas para pessoas em situação de fome e insegurança alimentar. O movimento realizou a campanha 'Natal sem fome' que tem como lema: "Cultivando Solidariedade para Alimentar o Povo", com o objetivo de distribuir ceias natalinas, marmitas e doação de alimentos para famílias em vulnerabilidade. Em um período de dezembro de 2021 a janeiro de 2022, essa campanha beneficiou 250 mil pessoas, contando com mais de mil toneladas de alimentos distribuídos e 50 mil famílias beneficiadas. A maioria dos alimentos são oriundos de assentamentos e acampamentos onde são produzidos por agricultoras e agricultores e integrantes do próprio movimento graças à força e organização por meio da "quarentena produtiva"¹¹.

Outro movimento que se fez importante para a população brasileira, principalmente neste cenário de pandemia, foi o Movimento dos Pequenos Agricultores. O MPA mostra-se como um movimento que pratica a soberania alimentar, de resistência, que luta por melhores condições de vida de camponesas e camponeses, pela existência e fortalecimento deles, proporcionando a chegada, nos lares de famílias do campo e da cidade, de uma alimentação que vai totalmente contra a lógica do agronegócio, já que produzem alimentos orgânicos, de maneira agroecológica resultando em uma vasta variedade de alimentos, zelando pela saúde e respeito ao meio ambiente.

Preocupados com os impactos causados pela pandemia, de início o movimento lançou a campanha "#FiqueEmCasa, seguiremos produzindo seus alimentos!", com o objetivo de distribuir cestas agroecológicas, produzidas pelos próprios agricultores e agricultoras do movimento, para famílias do Brasil inteiro em meio às medidas de isolamento social, fundamentais para amenizar a propagação do vírus. Outra campanha de caráter nacional desenvolvida pelo MPA é o 'Mutirão Contra a Fome' que se iniciou em abril de 2020 com ações de arrecadação e distribuição de alimentos a famílias em situação de insegurança alimentar e fome em todo o país. Através desta campanha, até 2021, 31 mil famílias foram beneficiadas e cerca de 1.100 toneladas de alimentos foram distribuídos pelo movimento em 13 Estados do

¹¹Disponível em: <https://mst.org.br/2022/01/14/mst-ultrapassa-6-mil-toneladas-de-alimentos-doados-durante-a-pandemia/>.

país¹².

No Rio de Janeiro essa campanha acontece em 14 favelas através de uma articulação feita pelos Comitês Populares de Alimentos (CPAs), existente em cada comunidade, com o movimento. Esses comitês proporcionam uma conexão do campo com a cidade, sendo eles os responsáveis pela distribuição desses alimentos agroecológicos produzidos por famílias camponesas nos territórios. Até o momento, só no Rio de Janeiro, já foram entregues 300 toneladas de alimentos, para quase 19 mil famílias em situação de vulnerabilidade social e alimentar, com mais de 25,5 mil cestas básicas entregues durante a pandemia.

É deste segmento, a agricultura familiar camponesa, que ainda preserva a diversidade na sua produção – que gera alimentos e melhor se relaciona com o meio ambiente – que provém alternativas para sobreviver neste meio com técnicas produtivas, condensadas em torno da agroecologia as quais valorizam saberes ancestrais, populares e se integra com novos estudos técnicos e científicos. Outra característica da agricultura familiar camponesa é não possuir relações de trabalho baseadas na exploração da força de trabalho, tal qual o faz o agronegócio. Esta é certamente uma condição decisiva para que a solidariedade com os/as trabalhadores urbanos durante a pandemia da covid 19 tenha se expressado.

Entre os movimentos sociais urbanos que tem tido uma atuação importante durante a pandemia está o MTST¹³.

Com a chegada da pandemia em 2020, o MTST se viu diante de um grande desafio: manter o distanciamento social e, ao mesmo tempo, dar suporte à sua base social, já que esta se constituía como grupo vulnerável à crise sanitária. O planejamento de novas ocupações de imóveis ociosos foram adiadas e novas estratégias de lutas construídas.

[...] No caso do MTST, a tática da ação política impulsionada pela solidariedade, que compõe o repertório de ação tradicional do movimento, precisou ser revista, intensificada e expandida.

¹²Disponível em: <https://mpabrazil.org.br/noticias/comites-populares-do-alimento-a-soberania-alimentar-comeca-no-territorio/>

¹³ Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, fundado em 1997, tem como objetivo central a luta pelo direito constitucional à moradia. O movimento é composto por trabalhadores com uma renda até três salários-mínimos, com famílias numerosas e mães solteiras com a três filhos. (MTST).

As redes internas precisaram ser fortalecidas e as externas, ativadas. Desde os primeiros meses, o movimento voltou suas decisões políticas e a ação da militância para o combate aos efeitos da pandemia nos territórios em que está presente através de práticas solidárias que visam tornar possível a sobrevivência daqueles que têm menos ou nenhum acesso aos recursos básicos necessários'. (SOUTO, 2021, p. 6).

Desde o início da pandemia no Brasil, o MTST se organizou em diversas frentes¹⁴ para atuar junto às famílias das favelas, ocupações e acampamentos, tendo várias frentes de trabalho, desde distribuição de cestas básicas, distribuição de quentinhas, através das cozinhas solidárias, e orientação em saúde. Atualmente, o movimento está organizado em onze estados da federação, reunindo entre seus militantes mais de cinquenta mil famílias espalhadas por ocupações, acampamentos e núcleos comunitários (SOUTO, 2021).

Na primeira fase da campanha foram distribuídas cerca de 156 mil refeições, 220 toneladas de alimentos em cestas básicas, 110 mil máscaras, 15 mil kits de higiene e 220 kits de gestantes para aproximadamente 20 mil famílias. (MTST, 2021).

Uma das atividades centrais no cotidiano do movimento são as cozinhas coletivas ou comunitárias, que historicamente são a marca do MTST. Após as ocupações a primeira iniciativa é a organização da cozinha; essa funciona como espaço de produção coletiva de alimentos, mas também como local de sociabilidade e formação política.

“[...] O preparo de alimentos é central para a vida e a política, e não mais uma tarefa invisível. É nas cozinhas que os militantes se encontram diariamente, trocam informações e experiências e, antes da pandemia, eram também espaços de debates, rodas de conversas e atividades culturais. São várias as cozinhas que existem atualmente, e milhares os pratos e as quentinhas produzidos de modo conjunto e distribuídos semanalmente [...] (SOUTO, 2021, p. 7)

Com a chegada da pandemia as cozinhas foram ampliadas. O projeto Cozinha Solidária, que, em 2021, tinha dezesseis unidades em funcionamento e tem a meta de chegar a um total de vinte e seis cozinhas. A iniciativa conseguiu, em 2020, distribuir cerca de 156 mil refeições, 220 toneladas de alimentos em cestas básicas, 110 mil máscaras, 15 mil kits de higiene e 220 kits de gestantes para aproximadamente 20 mil

¹⁴O financiamento das ações do MTST foi feito através de campanhas de solidariedade, via vaquinhas virtuais [do Fundo de Solidariedade Sem Teto](#), que arrecadaram doações para apoiar famílias no enfrentamento do Coronavírus.

famílias. (MTST, 2021).

Os militantes do MTST construíram uma cultura onde “a cozinha é o coração da ocupação”, pois, segundo eles, tem o potencial de alimentar corpos e mentes dos indivíduos. Nos últimos anos as cozinhas solidárias se tornaram ainda mais importantes, já que alimentam não apenas os militantes do movimento ou os que vivem nas ocupações, um número cada vez mais maior de pessoas em situação de insegurança alimentar. A ideia das cozinhas é que elas se constituam em espaços que ofereça aos indivíduos mais do que comida, mas também acolhimento, troca e auxílio nas demandas da população, que cada vez mais veem outras esferas da vida serem afetadas pela crise que assola o país.

Por este motivo o MTST voltou seus esforços para a implementação de um projeto de expansão das cozinhas coletivas com intuito de tornar a prática da alimentação solidária uma política do movimento, tal qual a luta pela habitação.

Além disso, todo o trabalho em torno da construção e manutenção das cozinhas é feito coletivamente, desde a preparação do terreno, organização dos espaços até o preparo dos alimentos e manutenção das mesmas. O trabalho coletivo é atravessado pelo sentimento de solidariedade de classe, de organização política e social.

Para o MTST a garantia de alimentação para seus militantes e o combate à fome no Brasil hoje se faz urgente e necessário, mas, ao mesmo tempo, a defesa do direito à alimentação saudável se apresenta como pauta do movimento, associado à luta pelo direito à moradia.

6. Considerações finais

As reflexões feitas nesse artigo nos permitem reafirmar a importância dos movimentos sociais, suas práticas e estratégias de lutas. A organização política do MST, MTST e MPA indicam a necessidade de pensar as lutas a partir das bases, das demandas e necessidades da classe trabalhadora. Outro elemento fundamental nesse processo é que os movimentos sociais subvertem a lógica do favor – presente historicamente nas práticas assistenciais desenvolvidas no Brasil – colocando no

centro das ações a solidariedade de classe. Além disso, apontam para a necessidade de ir além das práticas imediatas de satisfação das necessidades básicas, ampliando as demandas, pautando as políticas públicas e priorizando a formação política da classe trabalhadora.

Diante do exposto e, por este artigo se destinar a um evento que pensa a formação profissional de assistentes sociais, apresentamos agora algumas recomendações que nos parecem relevantes para você leitor/a e para o diálogo durante o evento.

- Que a fome tenha maior destaque dentro dos conteúdos de disciplinas relativas à questão social no Brasil. Isso implica, por exemplo, entender como os alimentos são produzidos, por que o excesso de produção não resolve o problema da fome e, portanto, a conformação da agricultura no capitalismo periférico brasileiro;
- No campo da pesquisa e da extensão, se faz necessário estimular o conhecimento dos estudantes sobre como a fome e demais desigualdades se expressam na particularidade dos seus territórios, considerando a magnitude do Brasil e as diferenças regionais;
- Para tanto, também é relevante, que os docentes de Serviço Social estabeleçam relações concretas e cotidianas com organizações da classe trabalhadora urbana e rural – exercitando o tripé ensino, pesquisa e extensão;
- Reforçar a presença do Serviço Social em redes de pesquisa que elaboram os dados presentes na realidade, de modo a subsidiar organizações de trabalhadores na demanda por políticas públicas mais efetivas no enfrentamento as diversas expressões da questão social.

7. Referências Bibliográficas

BONFIM, Paula. A cultura do voluntariado no Brasil: as determinações econômicas e o-ideopolíticas na atualidade, Cortez, 2010.

BRASIL. Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação - "Bolsa Escola", e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10219.htm.

_____. Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde: "Bolsa-Alimentação" e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas_2001/2206-1.htm>.

_____. Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Brasília, 15 de setembro de 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm

_____. Brasil sai do Mapa da Fome das Nações Unidas, segundo FAO. BRASIL/MDS. Brasília, 16/09/2014. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2014/setembro/brasil-sai-do-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas-segundo-fao>.

DOMINGUES, Petrônio. Movimentos negro Brasileiro, alguns apontamentos históricos. Tempo 12 (23), 2007.

FAO. **The State of Food Insecurity in the World**. Fundação para Agricultura e Alimentação das Nações Unidas. Roma, 2014. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i4030e/i4030e.pdf>.

COSTA, Gracyely, Trabalhadores negros na origem da política social brasileira. Revista Em Pauta, Rio de Janeiro, 2020

FERNANDES, B,M & GONÇALVES, C, W, P. Josué de Castro: Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 2a edição - Revista e ampliada.

IBGE. Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, Rio de Janeiro, 2019.

MDS/SAGI - Estudo Técnico 01/2014. Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/328.pdf>>.

MST. **Agroecologia, Soberania Alimentar e Cooperação**. Caderno de Educação, n 2, MST, setembro de 2010. Disponível em: <https://mst.org.br/download/mst-caderno-de-educacao-eja-agroecologia-soberania-alimentar-e-cooperacao/>.

MTST. As cozinhas solidárias do MTST: refeições gratuitas e afeto nas periferias do Brasil. Publicado em 12/03/2021. Disponível em [//mtst.org/mtst/as-cozinhas-solidarias-do-mtst-refeicoes-gratuitas-e-afeto-nas-periferias-do-brasil/](http://mtst.org/mtst/as-cozinhas-solidarias-do-mtst-refeicoes-gratuitas-e-afeto-nas-periferias-do-brasil/)

NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 2a ed. São Paulo,

Cortez, 1996.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social”. *Temporalis*. n.3. Revista da Associação Brasileira de Ensino e pesquisa e Pesquisa em Serviço Social. Brasília, 2001, p.41-49.

Rede PENSSAN. VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Execução Vox Populi, 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br>.

_____. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN : relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. -- São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert : Rede PENSSAN, 2022. <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>>

VIA CAMPESIANA. Soberania Alimentaria YA! Um Guia por soberania alimentaria. European Coordination, 2018. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/wp-content/uploads/sites/2/2018/02/Food-Sovereignty-a-guide-ES-version-low-res.pdf>

VIANNA, M.L. T. Werneck. A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: estratégias de bem-estar e políticas públicas. 2a ed. Rio de Janeiro, Revan, 2000.

,